



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA

Plano de ensino			
Universidade Federal do Espírito Santo		Campus: Goiabeiras	
Curso: Gemologia			
Departamento Responsável: Gemologia			
Docente: Fernando Ribeiro da Silva Carvalho			
Qualificação/link para o Currículo		Lattes	(DOCENTE):
https://lattes.cnpq.br/2642601139961930			
Disciplina: Requisitos Ambientais para Atividades Mineradoras		Código: GEM06814	
Período:		Turma:	
Pré-requisito: não há pré-requisito		Carga Horária Semestral: 60 horas	
Créditos: 3	Distribuição da Carga Horária Semestral		
	Teórica	Exercício	Laboratório
	45	15	-
Ementa: Legislação Ambiental: histórico, evolução dos conceitos ambientais, legislação aplicável, princípios constitucionais (o papel dos entes federativos), IBAMA, órgãos ambientais estaduais e municipais e interferência na área mineral. Licenciamento Ambiental: objetivos, aspectos jurídicos do licenciamento ambiental, competência para o licenciamento, restrições técnicas e jurídicas do licenciamento, penalidades, recursos administrativos e judiciais. Normas regulamentadoras de mineração. Termos de ajuste de conduta (TAC); ação civil pública e regularização perante o DNPM, órgãos ambientais ou anular licenças ambientais; o registro das empresas; Gestão ambiental e competitividade; O Estudo do impacto ambiental (EIA) e o relatório de impacto ao meio ambiente (RIMA); Requisitos de validade dos Autos de Infração por convênios com o IBAMA; Atividade mineral em área de conservação em área de preservação permanente e reserva legal; Criação de parque nacional sobre área mineralizada. Indenizações cabíveis. Orientações do STJ; Não atendimento de notificação expedida pelo IBAMA para apresentar documento não configura crime de desobediência; Proteção do patrimônio espeleológico e possibilidade de supressão de cavidades naturais subterrâneas ,Tombamento, possibilidade do exercício concomitante de atividades econômicos na área tombada, análise a partir de uma caso concreto – a Serra de Piedade.			
Conteúdo Programático 1. Introdução ao Direito Ambiental (Histórico e evolução dos conceitos ambientais) 2. Direito Ambiental Aplicado à Mineração (Legislação aplicável, princípios constitucionais e as regras básicas aplicadas à lei ambiental) pág.11 a 17, William Freire combinado com Uile Reginaldo Pinto 7Legislação Ambiental bibliografia recomendada. 3. Poluição Ambiental, Gestão Ambiental e Competitividade: William Freire e Silvia Capelli. 4. Mineração, Meio Ambiente Saneamento e Resíduos Sólidos 5.A Água e o Meio Ambiente 6. Tutela Constitucional e Preventiva do Meio Ambiente Constituição Federal Capítulo VI - Do Meio Ambiente Art. 225, páginas 461 e 462, Uile Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada e Constituição Federal. 7. Princípios do Direito Ambiental 8. Competências Ambientais na CF/88 e na Lei Complementar 140/2011 e seus conflitos 9.A política nacional do Meio Ambiente- Decreto N° 99.274, 6 de junho de 1990 (política nacional, estrutura, constituição e funcionamento, competência, atuação, áreas de proteção e penalidades relacionados ao meio ambiente) páginas 543 a 554 do UILI Reginaldo Pinto e William Freire pág.31 a 47- bibliografia recomendada. 10. Principais Órgãos Ambientais e Competências- IBAMA, CONAMA E SISNAMA: 11. Licenciamento Ambiental e suas Etapas, Competências e Restrições Técnicas e Jurídicas (Seção V da Lei 11.284de 02/03/2006 combinado com o Decreto n° 99.274 de 06 de junho de			



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA

19907Do Licenciamento Ambiental (objetivos, aspectos jurídicos, competência, restrições técnicas e jurídicas, penalidades, recursos administrativos e judiciais do licenciamento ambiental) dos livros recomendados Uile Reginaldo Pinto e William Freire.

12. Estudo do Impacto Ambiental (EIA- RIMA) -O estudo do impacto ambiental EIA7e o relatório de impacto ao meio ambiente 7RIMA7Decreto nº97.632, 10 de abril de 1989, para a exploração de recursos minerais e demais legislações aplicáveis.

13. A Proteção Constitucional e Infraconstitucional do Patrimônio Cultural e Proteção do Patrimônio Ambiental: pág. 137 e pág. 155 - William Freire da bibliografia recomendada.

14. Responsabilidade Administrativa, Civil e Criminal por Danos Causadospág.543 Uile Reginaldo Pinto - Decreto 99.274 de 06/06/1990 que regulamenta a Lei 6.902 de 27 de abril de 1981 e a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981

15. Ação Civil Publica e Regularização perante o DNPM: (órgãos ambientais, validade de licenças ambientais, o registro das empresas, gestão ambiental e competitividade), pág.19 a 30, William Freire e Legislação Aplicável de Lili Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada.

16. Validade dos Autos de Infração e de Outras Exigências, Notificações 7pág. 31 e pág. 97 - William Freire da bibliografia recomendada.

17. Atividade Mineral em Áreas de Conservação e de Preservação Permanente, Reserva Legal - Criação de estações ecológicas 7parque nacional sobre área mineralizada, indenizações cabíveis A orientação do STJ- bibliografia recomendada.

18. Indenizações e Penalidades - pág. 478 Lili Reginaldo Pinto da bibliografia recomendada.

Metodologia:

A disciplina será ministrada de forma presencial por meio de:

- Aulas expositivas dialogadas ministradas pelo professor com a participação proativa dos alunos;
- Discussões de casos e práticas didáticas que possibilitem a participação efetiva dos alunos no processo de apreensão e consolidação dos conteúdos programáticos;

Recursos:

- Quadro e pincel;
- Projetor de multimídia (data show);
- Textos diversificados.

Critérios / Processo de avaliação da aprendizagem:

O sistema de avaliação será contínuo e estruturado como se segue:

- a) Atividades serão realizadas de forma individual (At1; At2; At3; At4).
- b) A nota do semestre resultará da média aritmética das notas das avaliações parciais.
- c) Atividades orientadas serão encaminhados aos estudantes podendo ser discutidas em grupos através da plataforma Google ou outra a combinar.
- d) As atividades deverão ser realizadas nas datas determinadas.
- e) Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão o direito a realizar uma avaliação final com toda a matéria, devendo alcançar média final igual ou superior a 5,0 para aprovação. A avaliação final está agendada para o dia 25/02/2026.
- f) Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações (provas e trabalhos) que ele eventualmente tenha realizado.

Bibliografia Básica:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA

ARRUDA, A. T. Normas regulamentares de mineração. Brasília: Ministério de Minas e Energia – Departamento de Produção Mineral, 1988.

BEDRAN, E. A mineração à luz do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Alba, 1957, v. I, II e III.

Código de Mineração e Legislação corretiva. Ministério das Minas e Energia. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1987.

FREIRE, W. Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral. Belo Horizonte. Revista de Direito Minerário, 2005.

GODINHO, T. M. A conceituação jurídica de autorização de pesquisa e da concessão de lavra. Brasília: IBRAM, 1990.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Cristiane Rodrigues Araujo - Meio Ambiente Cultural e Tutela Jurídica dos Povos Indígenas na Sociedade de Informação. São Paulo: Editora Fiuza 2012, v.2/Coordenador: Celso Antônio Pacheco Fiorillo.

ARRUDA, A. T. Normas regulamentares de mineração. Brasília: Ministério de Minas e Energia – Departamento de Produção Mineral, 1988.

BEDRAN, E. A mineração à luz do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Alba, 1957, v. I II e III.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

SILVA, Cristiane Rodrigues Araujo - Meio Ambiente Cultural e Tutela Jurídica dos Povos Indígenas na Sociedade de Informação. São Paulo: Editora Fiuza 2012, v.2/Coordenador: Celso Antônio Pacheco Fiorillo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA

Quadro 2 – Cronograma

Mês	Dia de aula	Atividades do Professor	Atividades avaliativas a serem realizadas pelo aluno
	Aula 1	Apresentação pessoal, do programa de disciplina e critérios de avaliação.	
	Aula 2	Introdução ao Direito Ambiental (Histórico e evolução dos conceitos ambientais); Direito Ambiental Aplicado à Mineração (Legislação aplicável, princípios constitucionais e as regras básicas aplicadas à lei ambiental); pág. 11 a 17, William Freire combinado com Uile Reginaldo Pinto; 7Legislação Ambiental bibliografia recomendada.	
	Aula 3	Poluição Ambiental, Gestão Ambiental e Competitividade: William Freire e Silvia Capelli; Mineração, Meio Ambiente Saneamento e Resíduos Sólidos; A Água e o Meio Ambiente;	
	Aula 4	Tutela Constitucional e Preventiva do Meio Ambiente Constituição Federal Capítulo VI - Do Meio Ambiente Art. 225, páginas 461 e 462, Uile Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada e Constituição Federal.	
	Aula 5	Princípios do Direito Ambiental	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA

	Aula 6	Competências Ambientais na CF/88 e na Lei Complementar 140/2011 e seus conflitos	
	Aula 7	A política nacional do Meio Ambiente- Decreto N° 99.274, 6 de junho de 1990 (política nacional, estrutura, constituição e funcionamento, competência, atuação, áreas de proteção e penalidades relacionados ao meio ambiente) páginas 543 a 554 do UILI Reginaldo Pinto e William Freire pág.31 a 47- bibliografia recomendada	
	Aula 8	Principais Órgãos Ambientais e Competências- IBAMA, CONAMA E SISNAMA.	
	Aula 9	Licenciamento Ambiental e sua Etapas, Competências e Restrições Técnicas e Jurídicas (Seção V da Lei 11.284 de 02/03/2006 combinado com o Decreto n° 99.274 de 06 de junho de 1990; D7 o Licenciamento Ambiental (objetivos, aspectos jurídicos, competência, restrições técnicas e jurídicas, penalidades, recursos administrativos e judiciais do licenciamento ambiental) dos livros recomendados Uile Reginaldo Pinto e William Freire.	
	Aula 10	Estudo do Impacto Ambiental (EIA-RIMA) - O estudo do impacto ambiental – EIA - e o relatório de impacto ao meio ambiente RIMA Decreto n°97.632, 10 de abril de 1989, para a exploração de recursos minerais e demais legislações aplicáveis.	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA

	Aula 11	A Proteção Constitucional Infraconstitucional do Patrimônio Cultural e Proteção do Patrimônio Ambiental: pág. 137 e pág. 155 - William Freire da bibliografia recomendada.	
	Aula 12	Ação Civil Publica e Regularização perante o DNPM: (órgãos ambientais, validade de licenças ambientais, o registro das empresas, gestão ambiental e competitividade), pág.19 a 30, William Freire e Legislação Aplicável de Lili Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada.	
	Aula 13	Validade dos Autos de Infração e de Outras Exigências, Notificações 7pág. 31 e pág. 97 - William Freire da bibliografia recomendada.	
	Aula 14	Atividade Mineral em Áreas de Conservação e de Preservação Permanente, Reserva Legal ., Criação de estações ecológicas 7parque nacional sobre área mineralizada, indenizações cabíveis A orientação do STJbibliografia recomendada. pág. 478 Lili Reginaldo Pinto da bibliografia recomendada	
	Aula 15	Código de Mineração	
	Aula 16	-Constituição Federal de 1988; -Legislação Aplicada; -Colocações Finais.	
	Aula 17	Para eventualidades - Revisão	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
DEPARTAMENTO DE GEMOLOGIA

	Aula 18	Avaliação Final	
--	----------------	------------------------	--

****Qualquer alteração será amplamente discutida e acordada com os alunos matriculados.